



CIDADANIA

Maioria dos ministros do STF decide que o Sistema Público de Saúde deve oferecer atendimento de acordo com o sexo biológico do paciente. Medida se estende a todos os exames e especialidades

Transexual ganha direitos no SUS

» RENATO SOUZA
» MARIA BEATRIZ GIUSTI*
» PEDRO GRIGORI

A maioria dos ministros do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o poder público deve garantir o atendimento de pessoas transexuais de acordo com as necessidades biológicas no Sistema Único de Saúde (SUS). A corte atendeu um ação movida pelo Partido dos Trabalhadores alegando que transexuais que mudaram de nome encontravam dificuldades em acessar serviços de saúde na rede pública de acordo com suas necessidades relacionadas ao sexo biológico.

Na prática, por exemplo, uma pessoa que nasceu do sexo feminino e realizou transposição para o sexo oposto, poderá ser atendida por ginecologistas mesmo que tenham alterado o nome e gênero na certidão de nascimento e outros documentos. De acordo com a ação apresentada pelo partido, mulheres trans tiveram acesso negado a urologistas e proctologistas. A decisão da corte vale para todos os exames e todas as especialidades.

O relator do caso, ministro Gilmar Mendes, destacou que o atendimento deve ocorrer de acordo com as necessidades do paciente. "A matéria discutida nestes autos nada tem a ver com qualquer espécie de ativismo ou pauta de costumes. Ao invés, trata-se de questão de saúde pública que não comporta tergiversações. Deve ser garantida à população LGBTQIA+ o pleno e irrestrito acesso às políticas públicas de saúde ofertadas pelo Estado em condições de igualdade com todo e qualquer cidadão brasileiro", disse.

Acompanharam o voto de Gilmar Mendes os ministros

Reprodução/Redes Sociais



Prédio do TCU é iluminado com as cores do arco-íris em homenagem à população LGBTQIA+: outros edifícios públicos se juntam à celebração

Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli e Rosa Weber (aposentada) e Edson Fachin.

Este último votou com o relator, mas foi além: entendeu que é preciso fixar que a Declaração de Nascido Vivo deve ser preenchida com os nomes dos genitores de acordo com a sua identidade de gênero.

O julgamento ocorre no plenário virtual da corte e termina hoje. A ação foi apresentada pelo PT ainda no governo Bolsonaro, alegando que normas do Ministério da Saúde da época estavam dificultando os atendimentos.

Iluminação

Diversos prédios e repartições públicas do Distrito Federal recebem iluminações especiais em homenagem ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+, celebrado nesta sexta-feira. As sedes do Tribunal de Contas da União (TCU), da Câmara Legislativa do DF e do Supremo Tribunal Federal (STF) já estão com as cores que remetem à bandeira do arco-íris, enquanto os prédios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Palácio do Itamaraty serão iluminados na sexta-feira.

A CLDF será iluminada com as cores da bandeira durante

tudo mês de junho. A iniciativa foi aprovada pela mesa diretora da Casa após pedido do deputado distrital Fábio Félix (PSol). A sede da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB/DF) também recebe a iluminação especial.

A sede do STF está sendo iluminada durante toda esta semana. De acordo com a página da Corte, a data relembra a luta dessa população por respeito, tolerância, igualdade de oportunidades e garantia de direitos.

A celebração ocorre no dia 28 de junho para remeter um episódio conhecido como Levante de

Stonewall, ocorrido em 1969, em um bar situado no bairro de Greenwich Village, em Nova York, nos Estados Unidos. Na ocasião, um grupo de policiais invadiu o Stonewall Inn e prendeu pessoas trans e drag queens presentes no local.

Aquela não foi a primeira vez que a invasão ocorreu, mas foi a primeira em que a população LGBTQIA+ revidou. Nos dias seguintes, uma série de protestos em defesa dos direitos da comunidade se espalhou pelos Estados Unidos.

Um ano depois, na mesma data, as cidades de Nova York e Los Angeles realizaram a 1ª Parada do Orgulho Gay.

PARAISÓPOLIS

Tribunal ouve defesa de PMs em São Paulo

» HENRIQUE FREGONASSE*

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) inicia hoje a audiência de defesa dos policiais militares réus no caso do massacre de Paraisópolis, que vitimou nove jovens de idades entre 14 e 23 anos, em 2019. Serão 25 pessoas arroladas como testemunhas de defesa ouvidas no Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães, no bairro da Barra Funda, em São Paulo, a partir das 10h. A maioria delas é ligada à Polícia Militar de São Paulo (PMESP).

A audiência dá seguimento à terceira audiência de instrução do processo, ocorrida em 17 de maio — dez testemunhas foram ouvidas na ocasião —, e servirá para decidir se há elementos suficientes para afirmar que os réus cometeram crime contra a vida. Em caso afirmativo, o juiz deverá levar o caso a júri popular e definir uma data para o julgamento.

Doze oficiais da PM e um ex-oficial foram acusados. São réus por homicídio a tenente Aline Inácio; o subtenente Leandro Nonato; o sargento João Carlos Miron; o cabo Paulo Roberto Severo; o ex-cabo Luís Henrique Quero — expulso da corporação por outros motivos não informados; o cabo Gabriel de Oliveira; e os soldados Anderson Guilherme; Marcelo de Andrade; Mateus Teixeira; Rodrigo Almeida Lima; José Sampaio; e Marcos Vinícius Costa. O soldado José Roberto Pardim é réu acusado de explosão.

O caso

O massacre de Paraisópolis decorreu de uma operação da PM paulista que visava o baile da DZ7. Oficiais da corporação entraram na comunidade, cercaram uma área de maior fluxo de pessoas e usaram bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Segundo o Ministério Público, após esse momento, os policiais encurralaram as vítimas em um beco sem saída, o que resultou na morte de oito delas por asfixia e de outra por traumatismo. Nenhuma delas era residente do local.

Maria Cristina Quirino, mãe de Denys Quirino, vítima de 16 anos, critica a lista de testemunhas de defesa. "A grande maioria das testemunhas são quem estava agindo em conjunto com os próprios réus. São aqueles que têm as patentes altas. Essas pessoas foram aquelas que legitimaram a ação da polícia", criticou.

O **Correio** tentou contato com os advogados de defesa dos réus. João Carlos Campanini, que faz a defesa de Anderson Guilherme, afirmou que a audiência de amanhã segue com a oitiva das testemunhas de defesa, sem "nada de novo no andamento".

O advogado Fernando Fabiani Capano, responsável pela defesa dos réus Aline Inácio, Leandro Nonato, João Miron, Paulo Severo, Marcelo Andrade, Mateus Teixeira, Rodrigo Lima e José Sampaio, afirmou que a expectativa é que os testemunhos de amanhã esclareçam a inexistência de relação causal entre as mortes e a conduta dos policiais.

Os advogados Marcos Mantega, que defende Marcos Costa, e Ana Maria Monteferrari, que defende Luís Quero e Gabriel Oliveira, não retornaram contato até a publicação desta reportagem. A defesa de José Pardim não foi encontrada.

*Estagiários sob supervisão de Carlos Alexandre de Souza

CRIME

Caso Djidja: MP denuncia mãe, irmão e ex-namorado

» ISABELA STANGA

O Ministério Público do Amazonas (MPAM) denunciou, por tráfico de drogas, dez pessoas envolvidas na morte da ex-sinhazinha Djidja Cardoso. A mãe da vítima, Cleusimar Cardoso; o irmão, Ademar Cardoso; e o ex-namorado, Bruno Roberto da Silva, integram a lista de acusados. Djidja Cardoso foi encontrada sem vida em Manaus no fim de maio. As autoridades suspeitam que a morte foi causada por uma overdose de cetamina.

Além de Cleusimar, Ademar e Bruno, outras sete pessoas foram denunciadas como parte do esquema que possibilitava à família o acesso a drogas. Segundo a polícia, o núcleo familiar de Djidja criou o grupo religioso Pai, Mãe, Vida, que promovia o uso indiscriminado de cetamina, droga de uso humano e veterinário que causa alucinações e dependência.

A Justiça deve mandar abrir prazo para que os acusados apresentem defesa prévia contra a denúncia. Somente em seguida será designado um juiz para o caso, que pode ou não aceitar as acusações contra o grupo.

Para o promotor de Justiça responsável pela denúncia, André Virgílio Seffair, a mãe de Djidja estava no centro do tráfico de entorpecentes. "A denunciada induzia e incentivava o uso de cetamina, sempre

Reprodução redes sociais/@djidjacardoso



Cleusimar entre os filhos Djidja e Ademar: cetamina e religião

argumentando que se tratava de um instrumento de cura, inclusive oferecendo e entregando a consumo de seus próprios filhos — o denunciado Ademar e a falecida Dilamar (Djidja)", sustenta o promotor na peça acusatória.

O ex-namorado de Djidja, Bruno Roberto da Silva, estimularia Cleusimar a prosseguir na busca de uma

falsa elevação espiritual, alegando que as drogas estavam fazendo bem para a sua namorada, mesmo "esta em evidente estado precário de saúde", completa Seffair.

Esquema de tráfico

O esquema de tráfico do grupo foi considerado "bastante

Os denunciados

» Cleusimar Cardoso Rodrigues (mãe de Djidja): tráfico de drogas e associação para o tráfico;

» Ademar Farias Cardoso Neto (irmão de Djidja): tráfico de drogas e associação para o tráfico;

» José Máximo Silva de Oliveira (dono de uma clínica veterinária que fornecia a cetamina): tráfico de drogas e associação para o tráfico;

» Sávio Soares Pereira (sócio de José Máximo na clínica veterinária): tráfico de drogas e associação para o tráfico;

» Hatus Moraes Silveira (coach que se passava por personal da família de Djidja): tráfico de drogas e associação pra o tráfico;

» Marlisson Vasconcelos Dantas (cabeleireiro em uma rede de salões de beleza da família de Djidja): tráfico de drogas;

» Claudiele Santos Silva (maquiadora em uma rede de salões de beleza da família de Djidja): tráfico de drogas;

» Verônica da Costa Seixas (gerente de uma rede de salões de beleza da família de Djidja): tráfico de drogas;

» Emicley Araújo Freitas (funcionário da clínica veterinária de José Máximo): tráfico de drogas;

» Bruno Roberto da Silva Lima (ex-namorado de Djidja): tráfico de drogas.

ardiloso" pelo promotor. Segundo ele, o coach Hatus Silveira, que se passava de personal trainer dos Cardoso, era quem intermediava a compra da substância junto aos donos da clínica veterinária.

O esquema seguia com a gerente da rede de salão de beleza da família, Verônica Seixas,

que seria responsável por distribuir as substâncias para funcionários, integrantes da família Cardoso e seus conhecidos. Além disso, ela também estava incumbida de trocar a razão social dos empreendimentos para inserir atividades de pet shop, a fim de facilitar a aquisição das drogas.